

# A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO MAGISTERIAL EM UM VIÉS COMPARADO: BRASIL E URUGUAI

SIMONE GOMES DE FARIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
[simonegomesdefaria@gmail.com](mailto:simonegomesdefaria@gmail.com)

Resumo: Inegavelmente a formação docente tem se tornado nas últimas décadas uma área de intensa investigação. Tal fato se deve porque a formação de professores é um objeto de estudo de essencial acuidade para a compreensão de como vem ocorrendo o Ensino Nacional nos diversos recantos do mundo. Nesta perspectiva, almejamos neste ensaio pela realização de um paralelo entre o surgimento dos Centros de Formação Docente do Uruguai, bem como, interligaremos com a constituição dos Institutos de Formação Docente do Rio Grande do Sul. Nesse limiar, ressaltamos que utilizaremos o método de Educação Comparada onde sincronizaremos os dados para expor as discrepâncias e semelhanças mediante a institucionalização destes locais específicos para a formação de professores. No tocante a concepção teórica terá vários historiadores da educação como: Luís Delio Machado, Agapo Luis Palomeque, Enrique Mena Segarra, José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho, entre outros que serão elencados ao longo da nossa narrativa. A pesquisa nos desvela que os países apresentaram muitos aspectos semelhantes e discrepantes, no obstante, o desinteresse por parte do poder público de viabilizar uma digna formação dos docentes acarretou um despreparo, e uma desqualificação da profissão em ambas as localidades que repercutem até os dias atuais.

Palavras-chave: Centros de formação docente; Formação de professores; História institucional; Rio Grande do Sul; Uruguai;

## Considerações Iniciais

A motivação e o interesse por desvelar algumas características da dimensão educacional magisterial do Rio Grande do Sul cotejando com a do Uruguai se deve primeiramente porque embora países vizinhos, estes apresentam características de instrução pública bem dicotômica, bem como, tal temática ainda não fora abordada nesta nuance comparativa. A justificativa para a realização deste trabalho se deve ao fato que tais informações são de extrema importância para a compreensão de dados que tendem a facilitar o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado que versa em torno da formação de professores, entre os já delimitados países, na visão da Educação Histórica. O enlace deste trabalho tem como objeto historiográfico os centros de formação docente que são primordiais para a constituição do ensino nacional, visto que, as escolas normais serviram como aporte por inúmeras décadas para a formação de professores. Deste modo, somente anos depois que surgiram as instituições destinadas para a formação de professores para a Educação Secundária como se alcunha no Uruguai, e Ensino Médio seria a nomenclatura dada para o Brasil. Ressaltamos que o objetivo deste trabalho é de expor alguns

dados históricos ao redor dos centros, e demonstrar algumas diferenças e semelhanças do contexto histórico e educacional destes países num marco temporal que compreende 1830-1930.

A metodologia empregada neste estudo versa ao redor da Educação Comparada. Há grandes estudiosos que se aportam desse método de pesquisa. Assim sendo, há uma linha que representa a Universidade de Stanford, que tem como expoente, o Jonh Meyer e Francisco Ramírez, no obstante, estes pretendem somente a observar as regularidades existentes entre as nações sendo considerados como clássicos neste método educativo. Outra linha de pensamento é apresentada por Jürgen Schriewer que propugna uma análise histórico-comparativa procurando avaliar a relação entre as diversas estruturas educacionais em busca de uma análise em torno dos fenômenos macrosociais. Nesse limiar, ambas as linhas se preocupam em somente expor, mesmo que mediados por caminhos distintos, aspectos de órbita igualitária sem conferir considerações para as distinções provenientes de cada sistema educativo. Desta forma, focalizaremos em demonstrar as semelhanças e as diferenças do processo de criação das Escolas Normais nos países delimitados mediados pela sincronização dos dados pedagógicos, históricos, sociais, de um determinado período.

A divisão desta pesquisa tenciona fazer uma abordagem histórica do Brasil com um olhar direcionado para o Rio Grande do Sul comparando com a institucionalização dos Centros de Formação Docente do Uruguai. Em suma, oportunizamos para expor que a tarefa de educar, nos países que compreendem a América Latina, serve de alicerce para institucionalizar férteis debates para a criação de algumas propostas a cerca da imagem social docente.

## **1. A constituição das primeiras Escolas Normais no Brasil/ Rio Grande do Sul e Uruguai**

Neste momento, versaremos com relação ao surgimento das Escolas Normais. Acreditamos na importância de expormos alguns parágrafos, mesmo que sucintos, com relação à formação dos institutos no âmbito nacional para posteriormente nos fixarmos no foco central de nossa pesquisa que se trata do

estado do Rio Grande do Sul. À medida que formos contando como seu deu o nosso processo de formação cotejaremos com a história das Escolas Normais dos nossos vizinhos consoante o delimitado eixo temporal.

### 1.1 A história das primeiras Escolas Normais no Brasil/Rio Grande do Sul

A primeira Escola Normal fora instituída ainda no período Monárquico em Niterói datando 1835, pois, anteriormente só havia por parte de alguns intelectuais uma preocupação na formação de professores, visto que, antigamente apresentavam docentes sem formação, e no improviso devido ao descaso do poder público o que deveras viera a ocorrer durante toda a existência das Escolas Normais no período imperial. Mesmo com locais precários, e a interrupção em diversos momentos algumas escolas surgiram em diversos recantos e foram instaladas para a formação de professores primários. Lógico que com passar dos anos surgem outras Escolas Normais, e estas por descaso público acabaram ficando somente para a História não ocorrendo uma preocupação em qualificá-los. Assim sendo, se concatena com a ideia do autor, que a base da criação dessas instituições de formação de professores se deu porque:

A escola Normal Brasileira teve como modelo a sua congênera da França, que foi criada no bojo da Revolução Francesa, vindo a desempenhar importante papel na difusão da educação popular, embasada em conceitos leigos e estatizantes, como pressupostos da democracia e que disseminaram rapidamente pelo Velho e pelo Novo Mundo, como estabelecimentos do ensino secundário. Por outro lado, a exemplo de Portugal, foi à primeira instituição implantada no Brasil destinado, exclusivamente, à formação de professores. (SOBRINHO, 2002, p.15).

Até o presente momento, as escolas, apresentavam professores com pequena instrução pedagógica, embora fossem as pessoas consideradas mais instruídas das localidades. Os cursos apresentavam aulas mais teóricas não dando primazia para a prática dos professores que estavam se formando.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul manifesta desejo na criação de um centro magisterial, desde o ano de 1835, no período imperial. Houvera várias tentativas de criarem uma escola normal segundo Aidê Campello Dill que nos informa que:

O Presidente da Província Marciano Pereira Ribeiro sancionou a lei número 14, de 29 de dezembro, que autorizava a criação da escola. Entretanto essa lei não se concretizou. O Decreto-Lei Provincial de número 52, de 23 de maio de 1846, novamente autoriza a criação da Escola Normal. As obras foram iniciadas no ano seguinte, mas em seguida suspensas por falta de verbas (DILL, 1984, p. 97).

Mesmo com o exposto acima viera somente duas décadas após surgir um Ato que institucionalizava a criação de escolas normais. Segundo os pressupostos teóricos de Tambara “a pouca importância atribuída pela classe dominante à educação pode ser equitativa pela aviltada remuneração destinada aos professores, aspecto este que contribuía em muito para desestimular eventuais pretendentes qualificados para a função.” (Tambara, 2000, p.34).

Desde esta época criou-se no imaginário coletivo que os problemas da falta de instrução no Império seria a falta de professores, e os que estavam em exercício, não executavam bem suas funções por não haver um local específico para o aperfeiçoamento pedagógico. Em suma a problemática que todos os malefícios da educação são responsabilidade interina do professor é algo muito mais antigo do que nós podemos imaginar.

A fundação da primeira escola normal ocorre em 1869. Nesse prisma, havia um ensejo de criar uma Escola Normal de meninas abandonadas para completar sua educação conforme os postulados de Schneider (1993). Vale ressaltar que “há registros de que também em outros estados a criação da Escola Normal tenha sido uma empreitada cheia de tentativas frustradas (Campos, 2002, p.17; Freitas, 2002, p.142-143; Bonato, 2002, p.173)”. A proposta infelizmente não surtira efeito, e no ano de 1860 ocorre à autorização de um estabelecimento de uma Escola Normal de Instrução Primária que exerceria suas funções no Liceu D. Afonso, no obstante, por insuficiência de professores não chegou a funcionar.

Em 1870 emerge uma nova lei que determina que os estudantes da Escola Normal devessem ser somente do sexo masculino. O objetivo central era formar professores do sexo masculino, no obstante, assim como em outros estados, muitas matrículas foram ocupadas por órfãs advindas do Colégio Santa Teresa, na qual, seu diretor era o Padre Joaquim Cacique de Barros que viera a se tornar o gestor da Escola Normal.

Assim sendo, no Rio Grande do Sul, as Escolas Normais adquiriram um aspecto de assistencialismo do que propriamente um estabelecimento

institucionalizado. No obstante, a Escola Normal obtinha um status político-administrativo e estava atrelado diretamente com as estruturas do poder imperial passando por diversas instabilidades. Havia o ensino da Gramática e da Língua Portuguesa e poucas noções pedagógicas. A Escola Elementar servia como local para a realização das práticas docentes. No ano de 1881 a escola é redefinida tanto no quesito curricular quanto de durabilidade, além disso, houvera a exposição clara da diferenciação de gênero conforme os pressupostos legais da época. Nesse interim, o curso tinha uma duração de exatamente quatro anos, onde, um ano serviria para a preparação no curso normal e outros três anos atenderiam o programa curricular, bem como, a realização das práticas docentes. Em suma, esta escola atendeu na grande maioria as camadas mais desfavorecidas da população sulina e serviu como um local de formação profissional com uma forte influência religiosa, que por sua vez, objetivava profissionalizar as mulheres aliando-as as estruturas do poder para que estas retribuíssem mediante ao exercício do magistério em escolas públicas da província. A Escola Normal, da província, ocupa uma posição de filantrópica e voltada para o bem comum da sociedade. Vale reforçar que o curso não era gratuito, entretanto, havia isenção para os menos favorecidos e fora extinta em 1901 porque o Estado estava gastando demasiadamente com a instituição sendo substituída imediatamente por um Colégio Distrital. Estes estavam amparados de um ensino positivista, que por sua vez, servia de base para os postulados rio-grandenses.

No ano de 1900, em Porto Alegre, emerge uma importante escola que visava à formação de professores denominado de Colégio Sévigne instituído por Madame Emmeline Courteilh. O curso tendia há durar seis anos e serviu para atender as camadas abastadas da região sul. Nesse interim, o currículo da formação docente só obtinha conteúdos de esfera pedagógica entre o quarto e quinto ano. No princípio a escola atendia somente ao sexo feminino objetivando que as estudantes se tornassem aptas para as práticas domésticas e educação musical. Somente anos depois que houvera um desdobramento da escola para atender ao sexo masculino. No ano de 1920 esta passa da esfera privada para a pública.

Em 1906, o Rio Grande do Sul, passa a contar com escolas complementares. Vale expor que:

As Escolas Complementares cumpriram importante papel no magistério no Rio Grande do Sul, até 1946, tendo formado professoras, profissionais que ocuparam cargos na hierarquizado sistema de ensino do estado, quando neste se intensificaram os processos de especialização, diferenciação e hierarquização (a partir dos anos 40). Acerca do Curso (CAMPOS, 2002, p.32 ss,)

Desta forma, as escolas serviram para substituir os “Colégios Distritais, atendendo os alunos que se mostravam habilitados, nas matérias do curso elementar, com o objetivo [...] de preparar candidatos ao magistério público primário”. (WERLE, 2005, p. 620). Assim sendo, apresentava um caráter privativo e profissional. Este se diferenciava do Curso Normal do período imperial, pois, não estavam vinculadas as estruturas do poder. As instituições foram mantidas por muito tempo por iniciativa privada e estavam atreladas as ordens religiosas oferecendo uma Educação para as (os) mais privilegiados da sociedade rio-grandense, ou seja, fora um local elitizado principalmente para o sexo feminino existindo concomitantemente internatos e externatos.

Em 1816, há uma reformulação curricular, tanto na Escola Complementar como na Elementar, pois, há um aumento de três para quatro anos de conclusão com as disciplinas melhores distribuídas ao longo do desenrolar do curso.

Em 1827 há uma nova regulamentação para a Instrução Pública Primária porque visa a alterar algumas classificações como veremos o que Corsetti nos desvela que:

Mantendo os princípios norteadores que caracterizavam as legislações anteriores, vinculados à laicidade, liberdade, igualdade estabelecidas constitucionalmente, bem como os mesmos objetivos relacionados com a educação moral, cívica, física, intelectual, o ensino organizado em escolas isoladas, maternais e subvencionadas, grupos escolares, colégios elementares e escolas complementares.(...) só sendo complementada, em 1929, com o restabelecimento da Escola Normal. (CORSETTI,1998,P.307).

O nosso estado até o período de 1927 obtinha Escolas Complementares somente em Porto Alegre desde o ano de 1909, entretanto, com o passar dos anos foram surgindo outras escolas em algumas localidades.

Assim, o Rio Grande do Sul em 1927, inserido nos movimentos nacionalistas, mostrava seu esforço, numa postura que misturava

positivismo e liberalismo, tanto no atendimento a escolarização primária em relação à quantidade, quanto à relação qualidade de seus métodos identificando-se no Estado, neste momento, o que Nagle denominou de movimentos do entusiasmo e de otimismo da educação. (PEREIRA, 1998, P.173).

Baseando-se nestes princípios que se instaura outras escolas como em: Pelotas, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Alegrete, Santa Maria e Caxias do Sul baseando-se nas premissas da pedagogia moderna. Para confirmar a presente afirmação se expõe a citação que nos informa que:

Em 1930, o poder público tinha criado e mantinha diretamente uma Escola Normal e seis Escolas Complementares (Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas, apud Corsetti, 1998 , p.296).

A complementar de Cachoeira do Sul fora criada em 1929 numa Escola Elementar chamada de Antônio Vicente Fontoura, bem como, no mesmo ano, surge um escola em Santa Maria que posteriormente viera a se tornar o Instituto Olavo Bilac. Desta forma, a Escola Complementar Alegrete surgiu do somatório do Colégio Elementar Flores da Cunha e da Escola Complementar Oswaldo Aranha criada em 1929, e que por sinal, acaba ampliando a base científica para uma pedagogia voltada para a Escola Nova.

Em Pelotas, o colégio “São José” criado em 1910 por uma Congregação religiosa denominada de São José fora direcionado para a educação primária e inicial tendo a inauguração do prédio ocorrido em 1916, que por sua vez, priorizava a educação feminina, embora, estivesse imbuída também na formação masculina conforme os preceitos impostos pelo regimento interno escolar. Nesse interim, esta escola em 1930 acaba se tornando uma Escola Complementar do Estado passando a funcionar como uma Escola Normal somente no término das Escolas Complementares em 1942.

A primeira Escola Complementar de Caxias do Sul fora criada e fundada em 1930 e cognominada de Duque de Caxias. Assim sendo, se expõe como fonte o jornal da cidade que desvela que:

O Governo do Estado, como se sabe em obediência ao seu novo programa de ensino, criou, nesta cidade, uma Escola Complementar, com o objetivo de preparar a nossa mocidade para o exercício do magistério como para o seu aperfeiçoamento moral e intelectual. É voz geral que a mesma será inaugurada antes do fim do mês devendo funcionar à Rua Júlio de Castilhos, no edifício atualmente ocupado pelo

Centro Republicano Júlio de Castilhos, já estando, para tal fim, indicado o seu corpo docente. (JORNAL CAXIAS, 12 jun. 1930).

A escola obtinha como escopo central preparar e qualificar os jovens para melhorar a instrução regional conforme os pressupostos impressos no jornal. Além disso, pode ser considerada a primeira da região que se dedicou para formar professores de série iniciais.

Em conclusão podemos afirmar que o Rio Grande do Sul aos poucos cede lugar para um projeto de educação mais liberal com a presença marcante de Pestalozzi e Decroly. Nesse limiar, a esfera intelectual que sempre fora apoiava a formação docente passa para um lugar com práticas mais técnicas. Os novos métodos acabaram convivendo com o positivismo com a imposição de disciplina e ordem, embora, algumas disciplinas impostas nos currículos acabam apresentando uma posição muito mais técnica do que propriamente pedagógica.

## 1.2 A história da criação das primeiras Escolas Normais no Uruguai

O presente pretende expor de forma sintética a formação magisterial uruguaia. Assim sendo, cronologicamente exporemos informações desde os primeiros tempos constitucionais, passando pela instauração do Instituto de Instrução Pública em 1847 aportando aspectos referentes da “Sociedad de Amigos de la Educación Popular” no ano de 1868. Posteriormente falaremos da sanção do Decreto da “Ley Común de 1877” e alguns de seus efeitos, bem como, abordaremos em torno dos primeiros “Internatos” de estudos magisteriais até a instituição do “Consejo Nacional de Enseñanza Primaria y Normal” em 1918.

O Uruguai apresenta uma história bastante dicotômica da nossa com relação aos centros de formação docente magisterial. Assim sendo, o que se assemelha com o Brasil fora as grandes dificuldades de instauração destes, no obstante, embora tentativas frustradas desde 1827 será somente no ano de 1882 que formalmente será regulamentado um importante Internato de normalistas em Montevideo conforme nos demonstra MENA SEGARRA (2009).

Embora com poucas informações relacionada ao seu funcionamento se sabe da existência de uma escola Normal surgida em Guadalupe localizada no departamento de Canelones. Tal instituição é mencionada em poucas fontes e



não apresentam dados contundentes, nesse limiar, convém expormos a voz do autor que nos afirma que:

La formación de los docentes se inició em la Provincia Oriental el 16 de mayo de 1827 com la escuela Normal, que fue el primer centro de preparación de aspirantes a maestros de Educación Primaria, creada por decreto del ministro Giró em Guadalupe (Canelones) y funcionó em esa primeira etapa em forma descontinua y com grandes dificultades. (ARAÚJO, 1911, págs,622-623y 628)

Durante a grande guerra, ou seja, da anormalidade institucional, o país acaba subdividido em duas jurisdições conforme nos informa PALOMEQUE (2009). O “Gobierno de la Defensa” e do outro lado “Gobierno del Cerrito”. A primeira jurisdição citada lavra um acordo com o Instituto de Instrução Pública em 14 de julho de 1849 com a formação de um Colégio Nacional onde estabeleceria uma escola Normal somente para homens com idade entre 14 e 20 anos. Vale ressaltar que o curso seria totalmente gratuito e com duração de dois anos devendo após a alcançar seu diploma cumprir quatro anos de préstimos as escolas do Estado que poderia ser tanto na capital como em departamentos. Os homens escolhidos para pertencerem a Escola Normal do Colégio Nacional deveriam ser órfãos de mártires da Independência ou filhos de grandes soldados.

O governo de Cerrito não apresentava fontes concretas de estabelecimentos para a formação de professores. No entanto, usamos a voz do autor abaixo para compreendermos que:

Se tiene noticia de que hubo um establecimiento denominado “Escuela Normal”, a cargo de José M<sup>a</sup> Cordero y Francisco S. Gordillho, que a partir de 1851, admitía pupilos y médio pupilos, e incluso brindaba, “a pedido de vários jóvenes, que por su ocupación durante el día no pueden continuar su instruccipon, clases nocturnas, aunque, no se há encontrado prueba documental de que formara maestros. (MAGARIÑOS, II, VOL.1º, 1954, PÁGS.230 ss. )

Assim sendo, mesmo após a grande guerra, que dividira o país, e que terminou sem nenhum vencido, no ano de 1851, a formação de professores ainda se encontrava totalmente débil e sem um espaço de formação permanente. Os existentes apresentavam pouca instrução e muita carência dentro dos povoados do interior. O que fez com que o poder público requeresse com certa urgência uma escola Normal para preparar e qualificar os docentes do mercado porque a grande parte deles não estudava a teoria de sua profissão e não havia nenhum local para aprender. No ano de 1856, o ministério do Governo, nomeia Juan

Manuel Bonifaz como diretor da escola Normal. Esta deveria funcionar no Colégio de La Unión, no obstante, as fontes registram que havia somente trinta e nove alunos. Já no ano de 1866, pela insistência dos Padres Escolapios, instaura-se um centro de formação de professores embora este funcionasse por pouco tempo, e era de esfera privada. O ano de 1869 entra novamente em cheque a falta de um local específico para formar professores, e assim, a Junta Económica Administrativa de Montevideo adotou uma estranha resolução onde cada preceptora de escolas municipais da capital foram obrigadas a receber em suas casas uma órfã e prepará-las para o desempenho da função magisterial.

José Pedro Varela apresentava uma extrema preocupação com a formação dos professores da nação, pois, a situação permanecia lastimável em todos os recantos do Uruguai. Assim sendo, instaura-se uma Sociedade de Amigos da Educação Popular que tempo passado funda a escola Elbio Fernández, este fora o primeiro local onde se experimentavam as novas metodologias ativas. A Sociedade criada por grandes personalidades nacionais impulsionaram para que ocorresse a criação e de cursos normais nesta escola com o objetivo de formar e qualificar os professores da época. As aulas eram totalmente gratuitas e aconteciam no período noturno e deram assistência a quase cem jovens de ambos os sexos. Vale explanar que a Sociedade de Amigos da Educação Popular sofreu uma grande polêmica em torno da pedagogia nacional porque debateram durante dias, semanas, e meses a orientação que deveria ser dada para a constituição do elenco docente, bem como, a melhor forma de transmitir a cultura para o país. De um lado se encontrava José Pedro Varela com uma orientação empírica e do outro lado Francisco Antônio Berra que defendia com veemência a orientação científica. Em uma reunião na casa de Varela triunfa através de votação a tese de Berra sendo um livro de orientação para todos os estudantes normalistas do país.

Mesmo durante o período que Varela fora o Diretor da Comissão da Instrução Pública da Junta Económica-Administrativa de Montevideo ele não pode deixar em funcionamento nenhum centro oficial de formação de docentes falecendo em 1879. O segundo Congresso de Inspetores, ocorrido em 1881, se preocupou em organizar e legalizar locais que atuassem interinamente como escolas normais. Assim sendo, fora acordado que:

“reconocida la imperiosa necesidad de formar un cuerpo de Maestros y Maestras para las escuelas rurales, y la imposibilidad de establecer escuelas Normales, el Cuerpo de Inspectores considera que es conveniente y factible la creación de institutos de Maestros de uno y otro sexo, con el concurso combinado del Estado y los interesados.” (ARDAO, 1969, p.353)

Um ano após a realização do congresso começa a funcionar um importante centro de formação de normalistas alcunhado de Internato Normal de Señoritas. O Congresso Pedagógico de Buenos Aires de 1882 fora o motor propulsor para a criação dos centros de formação do Uruguai, sendo o primeiro congresso da América, enfocou aspectos relevantes quanto à organização e aperfeiçoamento do corpo docente.

O primeiro internato, localizado em Montevideo, admitia três alunas de cada departamento, sendo que umas delas deveria atuar em sua localidade ou onde o Estado lhes indicasse. No ano de 1991 inaugura-se um instituto somente para homens. Em 1900 os internatos passam para a nomenclatura de Institutos Normais, visto que, se tornara misto somente no ano de 1935.

O “Internato Normal de Señoritas” serviu como uma alavancada para a cultura geral da nação, bem como, aperfeiçoou o magistério, no obstante, muitos dos créditos desta instituição se deve a primeira diretora alcunhada de María Stagnero de Munar. A prática docente era realizada em uma escola anexa que precisava de professores, assim sendo, as normalistas eram aptas para dar as aulas e cumprir algumas tarefas de administração. No ano de 1886 emerge uma escola cognominada de “Escola Aplicação” exclusiva para a prática docente. Assim sendo, o internato por um bom tempo despertou afeições literárias, evocou cultos artísticos, vigorou sentimentos patrióticos, e principalmente ampliou o estudo das ciências em geral. Vale expor que a regulamentação orgânica deste estabelecimento viera a ocorrer somente em 28 de agosto de 1893 e serviu para regulamentar o “Internato de Varones” com algumas diferenças devidas ao sexo e aos costumes da época.

O “Internato Normal de Varones” inicia suas atividades em fevereiro de 1891 com a direção de Joaquim R. Sánchez. O regulamento previa três alunos internos por cada departamento do interior, e seis por Montevideo, no obstante, estes não eram internos. Nesse interim, embora a instituição fosse destinada a formação de professores havia a realização de exercícios militares atividade muito

tradicional na Espanha que inclusive era aplicada em escolas destinadas a crianças. O que se pode apontar que a natureza civil estava intimamente associada à natureza militar. O ano de 1899 ocorre uma disposição que extingue definitivamente com o regime de internato. Assim, a nomenclatura passa a ser denominada de “Instituto Normal de Señoritas” e “Instituto Normal de Varones”.

No interior do país, fora se instaurando de modo lento alguns institutos de formação docente, no entanto, eram iniciativas privadas que com o passar do tempo se tornaram estabelecimentos públicos. Em nível de elucidação sabe-se da existência de um instituto denominado Ateneo de Paysandú (1928), El Instituto de Melo (1912,1913), Instituto Volante localizado em Treinta y Tres (1936). No ano de 1913, começa a funcionar outros departamentos em Rivera, Colonia, Minas, Rosario, Carmelo, etc.

No ano de 1918 a “Dirección General de Instrucción Primaria y Normal” passa a alcunhar-se de “Consejo Nacional de Enseñanza Primaria y Normal” uma entidade estatal com autonomia. Atualmente, de esfera pública, o Uruguai conta com mais de vinte centros de formação docentes espalhados por toda a nação, embora, existam alguns de âmbito privado sem muita expressividade. Os docentes Uruguaios são formados desde o ano de 1977 em Institutos de Formación Docente (IFD) e a titulação específica para o magistério em educação inicial e primária é um requisito formal para o seu exercício.

## **2. Um panorama geral da criação dos centros magisteriais: em um viés comparado**

Após analisarmos os centros de formação docente em uma perspectiva comparada observamos muitos aspectos parecidos e outros bem discrepantes. No entanto, inegavelmente, houvera um atraso no processo de formação de docentes tanto no Rio Grande Sul quanto no Uruguai. Mas, enquanto o Brasil expunha o seu desejo em 1835 de instaurar um centro de formação docente; o Uruguai desde 1827 já havia indícios da criação de uma em Guadalupe.

Outro ponto a ser discutido seria que ambas as localidades apresentavam altas taxas de analfabetismo e professores desqualificados. No ranço dos países se afere o desinteresse da iniciativa pública de abrir Escolas Normais para aprimorar a instrução elementar, bem como, pequena remuneração

dos professores para exercerem a profissão o que causara certamente um desinteresse por parte dos profissionais mais qualificados a assumirem a profissão.

No de 1830 o Brasil, Rio Grande do Sul, ainda vivia sob o domínio da colônia Portuguesa e com a transferência desta se constata que esta segurou para que a educação não se universalizasse, e neste mesmo momento, o Uruguai vivera os primeiros tempos de sua primeira constituinte. Assim sendo, os debates foram muito mais ferrenhos no Uruguai, e o Brasil deixou as discussões nas mãos de poucos e com uma forte influência da igreja.

Outro aspecto de grande influência e que merece ser explanado que o Uruguai esteve, e até a atualidade, é baseado em um sistema educacional francês, no obstante, o Brasil seguiu um modelo de educação americana. Tal afirmativa pode ser corroborada porque a nossa educação fora baseada na instrução preocupando-se com uma formação prática e não científica como a do Uruguai que postula que o magistério era uma arte, mas, indubitavelmente uma ciência. Antônio Berra, o mentor do princípio da educação magisterial nacional no século XIX, acreditava que a prática deveria caminhar junto com as premissas teóricas.

No Uruguai desde 1876 já havia a intenção de criar concursos para os que almejavam exercer a profissão docente debate longe de ser instaurado no Rio Grande do Sul, pois, as meninas assistidas pagavam os préstimos da instituição com o exercício da profissão para o Estado. Nesse limiar, percebemos ao longo do estudo que no Uruguai a formação docente não dependia dos princípios católicos e seguia aos princípios valerianos que a educação não deveria ser comandada por rei ou Deus baseando-se em princípios da obrigatoriedade, laicidade e gratuidade; o Rio Grande do Sul apresentava como princípio à laicidade, liberdade e igualdade guiada pela igreja.

O Rio Grande do Sul obteve uma educação magisterial muito imbricada as premissas da Igreja Católica, visto que, a primeira Escola Normal do Rio Grande do Sul era administrada por um padre que cuidava se os educandos apresentavam boa moral e costumes, entretanto, o Uruguai apresentou gestores considerados grandes intelectuais tanto na língua materna, como na oratória e nos princípios pedagógicos. Tem-se como expoentes: Varela Berra, Acevedo,

Maria Estagnero Munar, entre outros intelectuais que faziam parte do corpo ministrante de aulas na Escuela Señoritas. Estes aspiravam que seus educando se integrassem socialmente e construíssem uma forte identidade nacional, bem como, a construção da cidadania.

Cotejando o Uruguai com o Rio Grande do Sul, tais localidades, apresentaram escolas por muito tempo privadas. O Rio Grande do Sul, inicialmente, direciona a educação somente para as mulheres com menos condições para que estas pudessem alcançar algum conhecimento para perpassar nas escolas públicas. O Uruguai adota uma medida para que houvesse economia nos cofres públicos, pois, emite um regimento que as professoras de educação pública deveriam levar para as suas residências uma órfã e educá-las para posteriormente se tornarem professoras.

O Uruguai contou com grandes intelectuais com o intuito de direcionar as diretrizes pedagógicas que iria regimentar o país, entretanto, segundo os princípios valerianos a educação não deve primar por nenhuma ordem religiosa e deveria ser empírica, no obstante, seu companheiro da Sociedade Popular alcunhado Berra conseguiu votos para que a educação nacional fosse científica. O Rio Grande do Sul, patriarcal, patrimonialista e positivista, apresentava uma grade curricular bem mais extensa para aquisição da habilitação de professor do que o Uruguai, pois, inicialmente os cursos rio-grandenses apresentavam três anos para posteriormente serem decretados quatro anos, o Uruguai apresentava no início apenas dois anos, e atualmente apresenta uma estrutura curricular de três anos.

O vizinho apresentou uma formação mais equiparelha entre o sexo masculino e feminino do que no Rio Grande do Sul que acaba se tornando um exercício praticamente de essência feminina. Este aspecto decorre porque a formação docente magisterial do povo gaúcho desde os primórdios delineou que as escolas prestariam assistência para as meninas enfermas e que posteriormente trabalhavam com um salário baixo, e assim, decorre que os homens acabam procurando profissões com uma melhor remuneração. O Uruguai como houvera um centro para mulheres e outro para homens acabavam apresentando um índice mais elevado de homens, que por sinal, recebiam um salário mais elevado do que o sexo feminino. O internato normal de Varones

(1891) destinava disciplina para o militarismo mesmo que a formação docente fosse pedagógica havia um plágio das práticas dos espanhóis. O internato Señoritas (1882) se assemelhava mais com o currículo das normalistas do Rio Grande do Sul com aulas de costura, técnicas caseiras e educação musical. O assunto deste parágrafo é fecundo para um estudo de gênero numa linha pós-estruturalista que neste momento não será oportuno.

No intuito de auxiliar aos estudantes do interior, o nosso irmão, acaba inicialmente internando três moças de cada departamento, que após, deveriam exercer as suas atividades em seu departamento ou onde o estado lhes indicasse. Os homens do interior também apresentavam vantagens onde seis de cada departamento se viajavam para estudarem na capital. Assim sendo, em 1900 terminam os internatos e o Uruguai toma como medida para facilitar o ensino dos estudantes concedendo de uma bolsa, que é vigente até hoje, para que os discentes fossem para a capital. Um grande avanço para democratização da formação de professores, pois, no Rio Grande do Sul durante todo o Império apresentava escolas que qualificavam os mestres em uma esfera privada e não havia nenhuma ajuda de custo para os habitantes de zonas mais afastadas de Porto Alegre.

Enfim, acreditamos que quando olhamos para o outro conseguimos nos enxergar melhor. Não há aqui sentimento de inveja e muito menos de comparar as localidades num grau de superioridade, e sim, demonstrar que cada país e região apresentam particularidades que devem ser analisadas atentamente. Deste modo, expomos aqui algumas considerações com relação à formação de professores magisteriais entre o Rio Grande do Sul e Uruguai. Fica claro que esta comparação pode ser melhor elucidada, e se valendo de vários aspectos que estão intimamente interligados. No obstante, nosso objetivo não é extinguir com as informações, e sim, delinear alguns pontos para póstumos estudos.

### **Considerações finais**

O presente estudo pretendeu expor de modo condensado informações referentes ao Rio Grande do Sul e o Uruguai tendo como objeto os lócus

destinados para a formação magisterial entre o período de 1830 até 1930. Nesta perspectiva o assunto dá premissas para outros olhares, e principalmente, a viabilidade de observar os acontecimentos ocorridos de 1930 até a atualidade para um vislumbre total da formação docente magisterial. Porém, deixemos para um póstumo trabalho, já que o assunto ainda não fora deslumbrado nesta perspectiva aportada.

Assim sendo, a formação docente, no âmbito da Escola Normal, nos revela uma vasta fonte histórica porque advoga em prol de debates, propostas e discussões ainda não investigadas. Nesse limiar, tanto o Uruguai como o Brasil se preocuparam com a institucionalização e construção das funções vitais da profissão docente somente nas primeiras décadas do século XIX. As primeiras medidas constitucionais serviram de alicerce para a formação da imagem social dos professores normalistas.

O Brasil e o Uruguai desencadearam o processo de formação docente muito antes da intervenção do estado mediado por embates, tensões e diversas remodulações. Desta forma, as Escolas Normais dos países estiveram sujeitos à instabilidade legislativa e às mudanças nas políticas educacionais quanto o seu modo de se organizar e a insuficiência de recursos financeiros.

Cabe-nos informar que os aspectos mais convergentes entre Brasil e o Uruguai se referiram a produção da imagem social do professor normalista, a estatização do magistério, o modo de escolarização e de formação profissional e a criação de um assessoramento em prol dos educadores normalistas. Enfim, o estudo da formação destes docentes fez e faz com que consigamos compreender a atual formação dos professores, o porquê da desvalorização, da desqualificação, das políticas públicas instauradas pelo Estado, entre outras condições precárias que assolam a nossa profissão. Assim, reiteramos o quanto é importante um olhar para a história porque através desta será realmente compreendido o que ocorreu nos póstumos anos, bem como, o que poderá vir acontecer.

## **Referências**

ARAÚJO, Orestes. **História de La Escuela Uruguaya**. Imp. El Siglo Ilustrado, Mdeo,1911.



ARDÃO, María Júlia. **Alfredo Vásquez Acevedo- Contribución al Estudio de su Vida y su Obra.** Revista Histórica, Año LXIII (2ª época), tomo XL, Nos.118-120. Mdeo, Barreiro y Ramos,1969.

CAMPOS, M. C. S. de S. **Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão.** In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (orgs.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente.* Bragança Paulista: Edusf, 2002. p.13-37.

CORSETTI, B. **Controle e Ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930).** 1998. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

DIIL, Aidê Campelo. **A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898-1928).** Porto Alegre, 1999. Tese [Doutorado] – PUCRS.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947).** Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963.

Jornal Caxias. **Órgão Independente, de 12 de junho de 1930**, p. 2. Acervo do AHMJSA.

MAGARIÑOS de melo, Mateo. **El Gobierno del Cerrito.** T.I- Poder Ejecutivo, Mdeo, Ed. El Siglo Ilustrado, 1948; T.II vol.1, Poder Legislativo, Mdeo, Ed. El Siglo Ilustrado, 1954; T.II vol.2, Poder Legislativo, Mdeo, Ed. El siglo Ilustrado,1961.

MENA SEGARRA, Enrique. **La Fundación del Instituto de Profesores de“Artigas”.** Em Anales de Enseñanza Secundaria. Nº26; Mdeo; Impr. Nacional, 1945.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho, **Ensino de Ciências Naturais na Escola Normal: aspectos históricos.** Teresina: EDUFPI, 2002.

PALOMEQUE, Agapo Luís ( Compil, Pról y Notas). **Personalidades, Cultura y Educación.** 3 ts, de, Mdeo, El Siglo Ilustrado, 1931.

PALOMEQUE, Agapo Luís. **História de la Educación Uruguay: La Educación uruguay 1886-1930.** Volume 3. Ediciones de la Plaza. Montevideo. 2009

PEREIRA, S.M. **Implicações Modernas na formação do professor primário no Brasil: a década de 20.** 1999. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Universidade Federal de Campinas.

SCHNEIDER, R. P.A **Instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889.** Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS/EST, 1993

SEGARRA, PALOMEQUE. **Historia de La Educación Uruguay. La Educación uruguay 1830-1886.** Volume 2. Ediciones de la Plaza. Montevideo. 2009

TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sulrio-grandense de instrução pública no século XIX.** História da Educação, Pelotas:ASPHE/FaE/UFPel, n. 3, abr. 1998.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. **Feminização do magistério como estratégia de expansão da instrução pública.** Revista de Educação Pública. Cuiabá, v. 5, n. 7, p. 187-200, jan./jun. 1996, p. 230-243.